

# HISTÓRIA E NARRATIVA: HAYDEN WHITE, FRANK ANKERSMIT E ALGUMAS QUESTÕES SOBRE A HISTORIOGRAFIA

## HISTORY AND NARRATIVE: HAYDEN WHITE, FRANK ANKERSMIT, AND ISSUES IN HISTORIOGRAPHY

Luiz Henrique Bechtluftt Bade <sup>1</sup>  
Leandro Couto Carreira Ricon <sup>2</sup>

**RESUMO:** O artigo investiga alguns aspectos da Filosofia Narrativista da História – narrativismo – e como esta influenciou nas percepções teóricas da História enquanto disciplina. Através da análise das obras de autores como Hayden White e Frank Ankersmit, busca-se compreender como o enredo, a representação e a subjetividade influenciam a escrita da história. O objetivo é demonstrar que a História não é uma mera reconstrução científica do passado, mas sim uma construção cultural e social, balizada, também, por escolhas narrativas. A metodologia adotada consiste em uma análise crítica de algumas teorias narrativistas, com base em uma revisão bibliográfica de obras clássicas acerca do tema. Os resultados da pesquisa evidenciam a importância do narrativismo para a compreensão da natureza do conhecimento histórico e desafiam a noção de uma história objetiva e neutra.

**PALAVRAS-CHAVE:** Narrativismo; Historiografia; Enredo; Representação; Objetividade.

**ABSTRACT:** This article investigates several aspects of the Narrative Philosophy of History – narrativism – and how it has influenced theoretical perceptions of History as a discipline. Through an analysis of the works of authors such as Hayden White and Frank Ankersmit, the study seeks to understand how plot, representation, and subjectivity influence historical writing. The objective is to demonstrate that History is not merely a scientific reconstruction of the past, but rather a cultural and social construct, shaped by narrative choices as well. The methodology employed consists of a critical analysis of some narrativist theories, based on a literature review of classic works on the subject. The research results highlight the importance of narrativism for understanding the nature of historical knowledge and challenge the notion of an objective and neutral history.

<sup>1</sup> Mestrando em Lógica e Metafísica do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGLM-IFCS-UFRJ). Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6237-0929> E-mail: [luizhenriquebbade@gmail.com](mailto:luizhenriquebbade@gmail.com)

<sup>2</sup> Doutor em História Comparada (UFRJ). Universidade Católica de Petrópolis. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1893-4816> E-mail: [leandrocoutoricon@gmail.com](mailto:leandrocoutoricon@gmail.com)

**KEYWORDS:** Narrativism; Historiography; Plot; Representation; Objectivity.



10.23925/2176-4174.36.2025e70169

Recebido em: 30/01/2025.

Aprovado em: 23/04/2025.

Publicado em: 25/04/2025.

### **Considerações iniciais: o Narrativismo no tempo**

O ano de 1973 é frequentemente colocado como ponto de partida para a Filosofia Narrativista da História – aqui chamada por Narrativismo, apesar da compreensão de que o termo, muitas vezes, tem sido utilizado para desqualificar o posicionamento. De fato, tal ano é marcado pela publicação da influente obra *Meta-História: a imaginação histórica no século XIX*, do autor estadunidense Hayden White (1928 - 2018). Ali, seriam defendidas muitas das posições associadas à postura narrativista com relação ao fazer historiográfico, tais como a importância do *enredamento* (*emplotment*, no original) para as pretensões dos historiadores na direção de produzir afirmações sobre o passado; a natureza (ao menos parcialmente) literária da obra historiográfica pensada pelo autor, como “uma estrutura verbal na forma de um discurso narrativo em prosa” (White, 1995, p.11); o argumento da prefiguração do material que vem a ser a obra finalizada; entre outras que marcariam as percepções sobre a produção historiográfica. Contudo, o desenvolvimento do Narrativismo pode, ainda, ser melhor entendido historicamente quando inserido num contexto argumentativo e propriamente historiográfico mais amplo.

Do ponto de vista argumentativo, é notório o paralelo estabelecido entre o surgimento do Narrativismo no campo da História e os caminhos percorridos, especialmente, no campo da Filosofia da Linguagem. De fato, os predecessores do Narrativismo no âmbito da Filosofia da História dialogam profundamente com os estágios observados na Filosofia da Linguagem na primeira metade do século XX, enquanto que os desenvolvimentos observados nesta a partir da década de 1950

encontram eco nas atitudes relativas à História defendidas por White e pensadores de semelhante postura.

A Filosofia da Linguagem da primeira metade do século passado preocupou-se com alguma intensidade com a análise de uma categoria linguística específica: a *proposição*, caracterizada por carregar consigo um *valor de verdade*. Resumidamente, se um falante produz uma afirmação que pode ou não ser verdadeira, estamos diante de uma proposição. Autores como Gottlob Frege (1848 - 1925), Bertrand Russell (1872 - 1970) e Ludwig Wittgenstein (1889 - 1951) preocuparam-se com as pontes existentes entre a linguagem e o mundo do ponto de vista da veracidade das afirmações produzidas. Elementos como as condições sob as quais se pode afirmar que uma proposição é verdadeira, assim como a investigação sobre processos como a desambiguação das proposições (para que estas possam ser melhor avaliadas em suas pretensões de verdade) foram intensa e amplamente estudadas pelos autores mais tradicionais da Filosofia da Linguagem. Nestes termos, autores como Carl Gustav Hempel (1905 - 1997), William Henry Walsh (1913 - 1986) e William Dray (1921 - 2009), alguns dos primeiros autores da Filosofia da História do século XX, inspirados pelo desenvolvimento da Filosofia da Linguagem, passaram a pensar a História enquanto uma forma explicativa, e indagaram-se a respeito de sua cientificidade; sua capacidade de produzir verdades sobre o passado histórico; a desambiguação das proposições historiográficas entre outros temas que, em certa medida, balizariam as reflexões filosóficas acerca da História.

Com o passar dos anos, todavia, a Filosofia da Linguagem distanciou-se em alguma medida das reflexões estritamente técnicas acima mencionadas no que concerne à linguagem. Uma nova leva de autores, observada a partir da década de 1950 e que incluía nomes como John Langshaw Austin (1911 - 1960) e John Searle (n. 1932), passou a enxergar a linguagem não apenas como um sistema em que se produzem proposições a serem avaliadas como verdadeiras ou falsas, mas sim como um elemento da realidade social, profundamente conectado com as *formas de vida* – *Lebensformen* na formulação de Wittgenstein (1996) – das comunidades de falantes. Assim, a análise linguística ultrapassou os limites da proposição, e a linguagem passou a ser estudada em todas as suas manifestações (pedidos,

ordens, promessas e demais manifestações que não podem ser propriamente analisadas com base em sua verossimilhança).

Tais reflexões chegaram ao campo da História a partir da década de 1960, por meio das produções de autores como Louis Mink (1921 - 1983) e Arthur Danto (1924 - 2013), além do próprio Hayden White. Considerada sob o escopo da Filosofia da História, a contribuição desses autores transfigurou-se numa reflexão aprofundada sobre a origem e a influência da obra historiográfica em seu contexto social. Nestes autores, a Historiografia passou a ser analisada não somente como um conjunto de afirmações que pretendem expor alguma verdade sobre o passado, mas como um produto de uma realidade social específica, cuja forma e cujos resultados são sempre balizados em alguma medida por esse mesmo meio. Dessa forma, assim como há historicidades particulares nas formações políticas, sociais e econômicas observadas nas sociedades humanas, haveria, segundo o Narrativismo, historicidades específicas no que diz respeito às escolhas formais do texto historiográfico desenvolvido nessas sociedades. Tal fato é visto como o resultado de ser a Historiografia, também, uma elaboração intelectual de certa sociedade e, portanto, relacionada a seu cenário de produção.

A inovação representada pelo Narrativismo pode, também, ser entendida a partir dos desenvolvimentos propriamente historiográficos que marcam a produção intelectual ocidental a partir de fins dos anos de 1960 – o ano de 1968 é frequentemente tomado como ano fundante de tais desenvolvimentos. De fato, do ponto de vista da Historiografia, há uma ruptura de algum peso nesse contexto, que talvez seja melhor entendido a partir da revista francesa dos *Annales*.

Há, segundo algumas análises consolidadas – apesar de suas diferenças interpretativas –, duas gerações de intelectuais naquilo que se convencionou chamarmos de Escola dos Annales que antecedem os anos 1960 (Dosse, 2003; Burke, 1997; Reis, 2000; Barros, 2012a). A primeira delas, fundadora da revista, é protagonizada pelas figuras de Marc Bloch (1886 - 1944) e Lucien Febvre (1878 - 1956), tendo seu início no ano de 1929. A segunda, que tem como figura mais influente Fernand Braudel (1902 - 1985), consolida-se na segunda metade da década de 1940. Entre as duas gerações em questão, estabelece-se um programa de pesquisa no campo da História e da Historiografia dotado de forte influência sobre a comunidade intelectual europeia. De fato, a Bloch e Febvre é creditada a

inovação da chamada *história-problema*, com a qual os dois historiadores procuraram fazer oposição a autores como Charles-Victor Langlois (1863 - 1929), Charles Seignobos (1854 - 1942) – representantes da chamada *Escola Metódica* francesa – e ao historicismo alemão. Fernand Braudel, por sua vez, seria o responsável pelo estabelecimento de uma teorização sobre o tempo histórico que aumentaria consideravelmente o peso teórico-metodológico dos autores vinculados à Escola dos Annales para a Historiografia<sup>3</sup>.

Uma miríade de fatores podem ser evidenciados como comuns entre as duas primeiras gerações dos Annales. Para os fins do presente estudo, todavia, basta que se observe o apego de ambas gerações a uma noção ‘totalizante’ de história. Com efeito, Bloch, Febvre, Braudel e os demais historiadores da revista dos Annales no período entre 1929 e 1968 apresentam, via de regra, uma postura que enxerga a História como uma prática cientificamente orientada em sua capacidade de sintetizar e analisar o passado. Há, por fim, a ideia de uma *História Total*<sup>4</sup>, no sentido de que todos os elementos da realidade estão sujeitos à análise histórica. A partir desses elementos, as duas primeiras gerações de autores estabeleceram pesquisas notórias do ponto de vista de sua interdisciplinaridade, assim como do prisma das fontes utilizadas para a construção do conhecimento histórico. Vê-se, portanto, que a ambição da pesquisa historiográfica das duas gerações fundantes dos Annales, amplamente transferidas para outros âmbitos da pesquisa em História, era essencialmente globalizante (Reis, 2006).

Por volta de 1968, contudo, chega à direção da revista uma geração de interesses um tanto alheios às ambições anteriores. A, muitas vezes chamada, terceira geração dos Annales, protagonizada por figuras como Jacques Le Goff (1924 - 2014), caracterizou-se por uma produção notoriamente diferente daquela das duas gerações precedentes (Dosse, 2003). Tal mudança pode ser entendida como uma alteração no próprio entendimento de grande parte da comunidade historiográfica francesa a respeito da natureza e do fim da História enquanto campo disciplinar.

A terceira geração, de fato, afastou-se da abordagem totalizante, tal qual proposta pelas gerações anteriores. Um sintoma interessante desse afastamento

---

<sup>3</sup> Para uma discussão sobre os Annales enquanto ‘Escola’ historiográfica, cf.: Barros, 2012.

<sup>4</sup> Muitas vezes refere-se a uma História Global, cf. Reis, 2006.

pode ser encontrado no crescimento das análises de eventos particulares pelos historiadores da terceira geração. Afinal de contas, ao longo das duas primeiras gerações, o evento foi sendo gradualmente substituído pela análise das grandes estruturas, de maior escopo e extensão espaço-temporal<sup>5</sup>.

O rompimento com as grandes estruturas e com uma análise universalizante da história, assim como o crescimento da História social com foco em formas particulares de existir no mundo, descreve um interessante paralelo com os desenvolvimentos nas Filosofias da História e da Linguagem anteriormente analisados. Em seu conjunto, esses elementos abriram um importante espaço para a disseminação do Narrativismo enquanto postura filosófica. Em 1973, diante da publicação do *Meta-História* de Hayden White, o terreno já estava preparado para aumentar o impacto de tal produção. Esta, contudo, veio com contribuições a serem exploradas a partir de agora.

### **Enredo e enredamento: o caráter literário da Historiografia**

Nascido nos Estados Unidos no ano de 1928, White perpassou diversas fases intelectuais ao longo de seu desenvolvimento enquanto pensador. Mantêm-se com maior constância em sua produção dois fatores: sua proximidade com a teoria literária e com a linguística (em menor medida, também com a Filosofia da Linguagem) e uma atitude ética e política profundamente inspirada pela filosofia existencialista (Paul, 2011). Desse primeiro conjunto de elementos, White extrairia uma capacidade analítica particularmente profunda sobre a linguagem utilizada no âmbito da pesquisa nas Humanidades, enquanto o segundo fator, também representado pela distinção entre *passado prático* e *passado histórico* defendida por Michael Oakeshott (1901 - 1990), muniria White com a noção de ser a História, assim como qualquer outra produção intelectual, o resultado de configurações sociais específicas. Desse contexto viriam os argumentos whiteanos a respeito do chamado *emplotment*, o enredamento do tempo quando de sua representação textual. Dois comentários prévios são, ainda, necessários.

---

<sup>5</sup> É importante salientar que o termo *histoire évènement* (história dos eventos) foi utilizado em tom pejorativo por historiadores como Marc Bloch, Lucien Febvre e Fernand Braudel, denotando uma história de menor importância, assim como aquela que seria praticada pelos 'historicistas' e 'metódicos'.

O primeiro deles se relaciona ao fato de que Hayden White apresenta, no mínimo, duas fases distintas com relação ao próprio argumento de enredamento, as quais dialogam com os percursos percorridos pelo autor ao longo de sua carreira. Num primeiro momento (princiado com a publicação de *Meta-História*), Hayden White apresentou seu argumento de *emplotment* de forma notoriamente esquemática e com alguma rigidez teórica. Havia, essencialmente, um número finito de maneiras de enredar o tempo no contexto de uma obra historiográfica, com três formas explicativas subdivididas em quatro posicionamentos possíveis. Segundo a primeira teorização de White (1995), uma explicação historiográfica pode se dar pela elaboração do enredo (que pode ser romanesco, trágico, cômico ou satírico), pela argumentação (que pode ser formista, mecanicista, organicista ou contextualista) ou por uma implicação ideológica (que pode ser de cunho anarquista, radical, conservador ou liberal), conforme quadro a seguir:

QUADRO 01

| ELABORAÇÃO DE ENREDO | ARGUMENTAÇÃO   | IMPLICAÇÃO IDEOLÓGICA |
|----------------------|----------------|-----------------------|
| Romanesco            | Formista       | Anarquista            |
| Trágico              | Mecanicista    | Radical               |
| Cômico               | Organicista    | Conservador           |
| Satírico             | Contextualista | Liberal               |

Elaborado a partir de White, 1995.

As inspirações teóricas para essas formulações se encontram principalmente na antropologia de Claude Lévi-Strauss (1908 - 2009), na linguística de Noam Chomsky (n. 1928) e na teoria literária de Northrop Frye (1912 - 1991). Além disso, Stephen C. Pepper (1891 - 1972) fornece uma fundamentação para as reflexões sobre a argumentação do enredamento e Karl Mannheim (1893 - 1947) fundamenta a posição whiteana sobre a implicação ideológica da produção intelectual. Em sua segunda fase, Hayden White se distancia dos esquemas mais rígidos (White, 1987; 2010; 2018; 2019), apoiando-se principalmente na noção de *passado prático* defendida pelo filósofo da história inglês Michael Oakeshott (1999).



Para Oakeshott (1999), existe uma diferença fundamental entre o passado histórico e o passado prático. O primeiro desses elementos diz respeito ao passado investigado e, por que não, produzido pelos historiadores, enquanto que o segundo denota aquele passado presente nas práticas e nas subjetividades de comunidades humanas. Não apenas são as duas modalidades distintas no pensamento de Oakeshott, como também, frequentemente, conflitivas. De fato, a investigação racionalizada do historiador frequentemente coloca em xeque as sensibilidades derivadas do passado prático. Este, contudo, continua profundamente enraizado nos grupamentos humanos. Em argumentação no mínimo bastante próxima da de Oakeshott, Hayden White (1987; 2018; 2019) defende uma postura menos combativa com relação ao passado prático. Diferentemente de Oakeshott (1999), contudo, tal posição é defendida por White (1987; 2019) sob o argumento de que o passado prático fundamenta, de uma maneira ou de outra, o próprio passado histórico, na medida em que fornece os próprios parâmetros de acordo com os quais pesquisará o historiador. Não se pode esquecer que qualquer pesquisador é, também, um indivíduo cujo desenvolvimento se deu no interior de certas experiências, do que sucede que o historiador está tão sujeito ao passado prático quanto um indivíduo desprovido de treinamento formal em História. Nesses termos, White (1987) passa a defender uma análise mais flexível dos atos de enredamento, limitando-se a afirmar que estes estão profundamente enraizados nos modos de ser das comunidades que os produzem, mas sem propor um número finito de modos possíveis de enredamento.

Um segundo comentário diz respeito à influência sobre a produção whiteana sobre o enredamento exercida por Louis Mink (1921 - 1983), filósofo da história ligeiramente anterior a White. Já em Mink (1987) havia a noção de que existem *modos de compreensão* distintos: o modo categorial (que liga universais a outros universais, sendo melhor exemplificado pela Filosofia, em sua busca pela estrutura fundamental do mundo), o modo teórico (que liga particulares a universais, demonstrando serem aqueles manifestações destes, como ciência moderna se propõe a fazer) e o modo configuracional (que liga particulares a outros particulares, explicando-os pela forma como são agrupados, como é o caso com a História), conforme quadro a seguir:



QUADRO 02

| MODO DE COMPREENSÃO | DELIMITAÇÃO                             | EXEMPLIFICAÇÃO  |
|---------------------|---|-----------------|
| Categorial          | Liga universais a outros universais     | Filosofia       |
| Teórico             | Liga particulares a universais          | Ciência Moderna |
| Configuracional     | Liga particulares a outros particulares | História        |

Elaborado a partir de Mink, 1987.

Louis Mink (1987), de fato, argumenta que o principal ponto de separação entre a História e formas explicativas como a científica e a filosófica pode ser encontrado no fato de que, numa obra historiográfica, a conclusão do raciocínio não pode ser propriamente separada de seu desenvolvimento textual. É, segundo o autor, no todo da explicação que se revela a conclusão a que o historiador chega, e tal processo é fundamentalmente distinto, por exemplo, de uma fórmula matemática, que pode ser compreendida sem recurso a aplicações particulares em casos específicos. Para Mink, o enredo é o elemento a partir do qual a explicação e a compreensão históricas ocorrem. White (2019; 2010), de fato, amplifica a função do enredo postulada por Mink, ao argumentar que, em verdade, as três formas explicativas [configuracional, teórica e categorial] acontecem simultaneamente no ato de enredamento. Este pode, agora, ser propriamente investigado.

Uma distinção traçada por White (1987) faz-se particularmente útil para as reflexões quanto ao enredo: a díade evento/fato. Segundo o autor, há uma aguda distinção entre o passado histórico enquanto série de acontecimentos e sua representação textual numa obra historiográfica. Assim, enquanto o passado em si pode ser entendido como uma série de *eventos*, estes são transfigurados em  *fatos* na medida em que são inseridos numa concatenação textual. Assim, enquanto um evento pode ser entendido como um fragmento da história humana, um fato pode ser colocado como a descrição narrativa de algum acontecimento passado (White, 1987). A passagem de uma categoria à outra dá-se, fundamentalmente, pelo ato de enredamento.

Parece-nos consolidada na Teoria e na Filosofia da História a noção de que descrever e analisar o passado histórico em sua totalidade é impossível. As nuances

dos acontecimentos históricos são demasiadamente numerosas e complexas para serem encaixadas numa só produção textual. Um evento como a campanha britânica no Somme (evento da Primeira Guerra Mundial) pode ser analisado do ponto de vista estritamente militar, do ponto de vista político, diplomático, demográfico, econômico, cultural e muitas outras possibilidades. Seus impactos podem ser analisados com relação à classe trabalhadora francesa, com relação às elites daquele país, com relação às forças armadas, entre outros. Conforme tais mudanças de perspectiva são conduzidas, alteram-se as respostas para perguntas aparentemente simples de responder. Quando diante de uma pergunta como “Qual a importância da campanha do Somme?”, o historiador pode assentir ou dissentir conforme seu enfoque. A vitória da Entente representou um novo ânimo para os esforços de guerra, fazendo do Somme um evento importante simbolicamente. Contudo, do ponto de vista estritamente demográfico, tal campanha foi, por exemplo, menos decisiva do que a gripe espanhola, responsável por mais mortes do que a luta na França. Vê-se, portanto, que o modo de encarar um evento depende de como este é narrativamente encaixado dentro de um enredo. O enredamento do evento transforma-o em fato, uma vez que tal ato introduz ao acontecimento narrado a função de contribuir para um encaminhamento argumentativo – e, defende White (1987; 2010), também ético, estético, político e social – específico.

Assim, o enredo pode ser entendido como uma configuração singular dos conteúdos proposta pelo historiador em sua produção e, portanto, construído de acordo com as escolhas éticas, estéticas e políticas do próprio historiador, que são fundamentalmente pautadas por suas experiências. Além disso, defende White, é no mínimo bastante desafiador conceber um acesso ao passado que não seja mediado por algum tipo de enredamento. Este é como que a própria condição para o conhecimento sobre o passado. Em termos práticos, contudo, isso significa que o conhecimento histórico é sempre contingente sobre conteúdos éticos, estéticos e políticos, sempre presentes nas escolhas estilísticas do historiador quando este escreve sobre o passado. Assim é a História para Hayden White: uma prática intelectual fortemente influenciada por mecanismos literários.

A partir da análise que aqui se encerra, é possível enxergar a influência exercida pelo ato de enredamento na produção historiográfica. De fato, tal procedimento permite e, simultaneamente, limita a Historiografia. Permite-a na

medida em que é o ato que confere à Historiografia sua forma expositiva; limita-a, na medida em que, ao serem colocados em enredos, os estudos tornam-se fortemente influenciados por fatores de ordem social, estética, ética e política, sendo feita então uma análise parcial do passado, em que mesmo o sentido conferido aos eventos (operacionalizados textualmente como fatos) pode ter sua validade questionada fora de um enredo específico. Na prática, portanto, o ato de enredamento encerra partes do pretérito numa *representação* textual do passado histórico.

### **Representação histórica: a História próxima das artes visuais**

Dado que o texto finalizado constitui, a partir do enredamento, um recorte do tempo fortemente influenciado por fatores externos ao historiador que o produz, é comum que se fale, dentro de uma análise narrativista da Historiografia, em representações do passado. Para uma análise dessa categoria, optamos por recorrer a outro dos mais influentes filósofos narrativistas da História: o neerlandês Frank Ankersmit (n. 1945).

Um breve comentário sobre o pensamento de Ankersmit é pertinente para melhor situar sua análise acerca da representação histórica. De fato, duas marcas profundas da formação e da produção intelectual de Ankersmit se manifestam em seus estudos sobre aquilo que é apontado pelo próprio autor como o núcleo da Historiografia: o historicismo alemão e a filosofia de Gottfried Leibniz (1646 - 1716), especialmente como exposta na *Monadologia* (Leibniz, 2009).

No primeiro elemento apontado, destaca-se a postura historicista de que todas as coisas devem ser pensadas a partir de sua história singular. Assim, segundo uma análise tradicional desse paradigma (Barros, 2012b), se um historiador deseja entender o que, efetivamente, constitui, e.g., a Alemanha, é preciso investigar a história dessa nação. O mesmo se dá para qualquer outra entidade existente. Nota-se, portanto, certa abordagem *ontológica* das análises mais tradicionais do historicismo. Segundo tal postura teórica, as coisas em si podem ser explicadas segundo uma análise de sua história. Ankersmit (1983; 2012a; 2010), já inspirado pelas produções de Louis Mink, Hayden White e outros pensadores afins, transfigura a teoria historicista sobre a realidade histórica numa teoria sobre a escrita da

História. Sua análise faz-se, então, relativamente próxima daquela de White. Há, segundo Ankersmit (2001; 2012b), uma tradição estilística por detrás das produções historiográficas, a qual serve como base para que se entenda o que é a História. Tal noção torna-se possível a partir do reconhecimento de uma diferença entre o texto e a realidade que este texto pretende capturar. Com isso, é possível perceber a relação íntima estabelecida entre enredamento e representação.

O segundo elemento da análise promovida por Ankersmit, sua inspiração na *Monadologia* leibniziana, aparece para fortalecer ainda mais a diferença percebida entre texto e realidade histórica. Aqui, tem-se a chave para o conceito de representação segundo o Narrativismo.

Da forma mais sintética possível, uma vez que essa discussão não é o objetivo desse artigo, segundo Leibniz (2009), o mundo é formado por *mônadas*: entidades imateriais que se manifestam perceptivamente no mundo com o qual interagimos. Sem adentrar em detalhes técnicos da filosofia leibniziana, basta, para os fins do estudo, que se pontue que essas unidades fundamentais da realidade não podem, de fato, interagir entre si. Duas mônadas, nesses termos, não podem destruir uma a outra, nem alterar as propriedades uma da outra, uma vez que todos os desenvolvimentos de cada mônada já estão como que pré-programados em sua essência. Assim, segundo as formulações de Leibniz, as mônadas são “desprovidas de janelas” (M. §7), no sentido de não interagirem com outros “átomos” constituintes do mundo (M. §3).

Ankersmit (1983; 2016), uma vez mais, conduz a passagem da teoria leibniziana do campo da realidade em si para o campo da escrita. Nesses termos, cada texto finalizado é como que uma “mônada narrativa”, pois a interpretação do passado exposta em cada obra existe tão somente *dentro* daquela produção, sendo impossível que interpretações contidas em duas obras distintas interajam entre si, assim como postulado por Leibniz com relação às mônadas. Ankersmit fala, de fato, num *universo narrativo* povoado por cada narrativa individual já produzida pelo conjunto de historiadores. Antes que tal noção [universo narrativo] seja propriamente explorada, o conceito da representação pode ser mais cuidadosamente analisado.

Segundo Ankersmit (1983; 2012a), cada obra historiográfica exerce uma dupla função com relação ao passado. Se, por um lado, o passado é descrito pela sequência de afirmações produzidas em um texto; por outro, tais sequências de

afirmações promovem uma interpretação particular do passado, a exemplo de um ponto de vista a partir do qual uma paisagem é observada. É importante notar que, para o autor, os dois processos são simultâneos e, mais do que isso, inseparáveis na Historiografia (Ankersmit, 1983; 2012a).

Um exemplo pertinente para entender a dupla função da obra historiográfica pode ser dado na comparação entre uma afirmação e uma pintura (Ankersmit, 2012). Uma afirmação como “o gato é preto” consiste, de maneira bastante evidente, em dois elementos: um *sujeito* (gato) e um *predicado* (é preto), que exercem duas funções distintas no contexto da proposição analisada. O sujeito da afirmação *refere-se* a algum elemento da realidade (no caso particular, um gato), enquanto que o predicado da mesma atribui certa(s) propriedade(s) ao elemento singularizado pelo sujeito. É possível, no contexto de uma afirmação, separar com algum rigor as duas funções, referencial e predicativa. Numa pintura de um gato preto, contudo, tal feito não é possível, já que, nela, não é possível concluir com qualquer certeza quais manchas ou pingos de tinta referem-se ao gato e quais outros traços atribuem propriedades ao felino. Os dois processos ocorrem simultaneamente, e é impossível que a pintura faça referência a qualquer outro gato que não aquele representado no quadro. A diferença fundamental apreendida por Ankersmit no caso das artes visuais (2001; 2012a) manifesta-se, também, na Historiografia. Todavia, tal noção pode gerar algum grau de confusão. Afinal, não é o texto histórico uma sequência de afirmações aparentadas com o exemplo acima trabalhado? Como, então, pode um livro ou artigo historiográfico ser mais próximo da pintura? A resposta de Ankersmit perpassa dois passos.

O primeiro deles é atribuir ao texto finalizado um caráter distinto de uma série de afirmações. Ankersmit dá o seguinte exemplo:

Take a certain narratio N on (part of) the past, and number all of its sentences: 1, 2, 3, ... etc. Form the text T1 by arbitrarily changing the original order of the sentences; to preserve the truth of the individual sentences some relative and personal pronouns may have to be changed as well as some words indicating chronology like “then” [...]. Let us suppose that this correction has taken place in T1. If, then, a narratio is nothing

but a conjunction of sentences, there would be no reason to prefer N over T1. Of course this is not the case. (1983, p. 58)<sup>6</sup>

Parece, de fato e logicamente, que alterar arbitrariamente a ordem das afirmações numa obra finalizada, mesmo que não se inclua ou retire afirmação alguma, acaba por “danificar” o texto em alguma medida. Algo é perdido no processo, uma vez que a obra, quase certamente, teria muito de seu *sentido* enfraquecido ou mesmo eliminado. Por esse motivo, a narração original N é preferível à reorganização arbitrária T1, mesmo que esta seja composta das mesmas afirmações individuais que constituem N.

Ankersmit (1983) também destaca uma aguda diferença entre aquilo que denomina *sujeitos (narrativos) da narração* e aquilo por ele chamado de *substâncias narrativas* (Nss quando abreviadas; seu singular seria Ns). Um rápido exemplo operacionalizado pelo próprio autor (Ankersmit, 1983), evidencia tal distinção. Imaginem-se duas composições historiográficas sobre Napoleão Bonaparte. As duas obras, é possível afirmar, discorrem sobre o mesmo indivíduo: o militar francês que viveu entre 1769 e 1821. Nos termos de Ankersmit (1983), ambas apresentam o mesmo sujeito narrativo. Contudo, é no mínimo improvável que as duas obras apresentem a mesma *representação* de Napoleão. Uma delas, por exemplo, pode focar principalmente no Napoleão general, enfatizando suas táticas de combate e suas vitórias em campo de batalha; enquanto que a outra pode discorrer acerca do Napoleão estadista, preferindo, por exemplo, analisar as reformas por ele realizadas na França ao longo dos anos de seu governo. As possibilidades de enredamento relativas ao mesmo sujeito histórico são inúmeras, fazendo com que cada narrativa coloque tal sujeito sob uma ótica específica. Aí, tem-se uma substância narrativa, uma interpretação particular sobre algum sujeito narrativo<sup>7</sup>. No exemplo agora trabalhado, seria mesmo possível falar num “Napoleão<sub>1</sub>” e num “Napoleão<sub>2</sub>”, em que cada um desses termos nomeia uma substância narrativa diferente.

<sup>6</sup> “Considere uma certa narração N sobre o (parte do) passado e numere todas as suas afirmações: 1, 2, 3, ... etc. Forme o texto T1 alterando arbitrariamente a ordem original das afirmações; para preservar a verdade das frases individuais, alguns pronomes relativos e pessoais podem ter que ser alterados, bem como algumas palavras que indicam cronologia como ‘então’ [...]. Suponhamos que esta correção tenha ocorrido em T1. Se, então, uma narratio nada mais é do que uma conjunção de sentenças, não haveria razão para preferir N a T1. Evidentemente, esse não é o caso.”. Tradução nossa.

<sup>7</sup> É importante destacar que, para Ankersmit, o termo *sujeito* não se limita a pessoas. Assim, a Revolução Industrial, o Imperialismo, a conquista da América e termos afins *também* exercem a função de sujeitos narrativos (Ankersmit, 1983).

É pertinente notar que substâncias narrativas revelam-se tão somente na *totalidade* do texto. Afinal, a interpretação particular que revela a imagem de um sujeito narrativo trabalhado em determinada obra está completa apenas quando a obra é finalizada. É, portanto, no todo da obra que se revela o caráter representativo da Historiografia<sup>8</sup>. Com isso, também é possível entender com maior profundidade porque alterar a ordem das afirmações de uma narrativa acaba por prejudicar seu sentido geral. Tal é o caso porque uma alteração desse tipo desorienta a formação da substância narrativa revelada na obra completa.

Com isso, pode-se chegar a uma definição do conceito de representação. Esta é uma faceta particular de cada composição historiográfica, fortemente dependente do ato de enredamento, segundo a qual um elemento do passado histórico é simultaneamente descrito e interpretado. Como a representação particular a cada produção da Historiografia revela-se tão somente no texto entendido como um todo, percebe-se porque, apesar de sua natureza, este é colocado por Ankersmit (1983; 2012) junto à pintura em vez de ser equiparado às afirmações individuais.

Dadas as reflexões promovidas com relação ao enredamento e à representação, um problema pode saltar aos olhos. Se cada obra historiográfica constitui uma representação do passado histórico, e se cada representação é “atada” a um enredo fundamentalmente inspirado em configurações sociais e políticas específicas, ademais das preferências éticas e estéticas do historiador que escreve, que espaço, se algum, resta para que se fale em neutralidade e, mais especificamente, objetividade nos campos da Historiografia?

### **A objetividade na História: um sonho impossível?**

Para se colocar a reflexão narrativista sobre a objetividade em História, é preciso entender que o conceito em questão é polissêmico. Objetividade denotava, para doutrinas epistemológicas mais rígidas, como o positivismo, um tipo muito

---

<sup>8</sup> Ankersmit, de fato, critica em vários momentos de sua produção intelectual aquilo por ele denominado “atitude reducionista” com relação ao texto historiográfico (1983). De fato, pensar a obra finalizada como uma conjunção de afirmações individuais dificulta (ou mesmo impede) que uma distinção tão sutil quanto esta entre sujeitos e substâncias narrativas se revele. Tal holismo é a marca da produção de Ankersmit e dos filósofos narrativistas da História como um todo. Cf. Kuukkanen (2015). Para uma exposição mais concisa a respeito das ideias mais transversalmente defendidas pelos autores narrativistas, cf. Bade (2024).



específico de conhecimento, tido como desprovido de qualquer mediação linguística, política, ética, estética ou de qualquer outra natureza (Barros, 2010; Ricon, 2020). Essa “objetividade absoluta”, segundo uma gama considerável de autores, não pode ser alcançada por disciplina alguma (Hanson, 1961; Feyerabend, 2011). Diversas limitações podem ser explicitadas com relação a essa forma de conhecimento.

Em primeiro lugar, há uma limitação fundamental no campo da linguagem. O conhecimento é, invariavelmente, mediado pela linguagem, com seus conceitos e categorias. Ocorre que não há uma estrutura única para este que faz-se o principal mecanismo para o conhecimento. Diferentes línguas dividem o mundo em diferentes categorias, encontram diferentes relações entre as entidades estabelecidas e, como consequência, chegam a conclusões por vezes mesmo incompatíveis a respeito da organização e do funcionamento do mundo.

Mais do que isso, estágios históricos distintos de um mesmo idioma podem apresentar aspectos semânticos diferentes e, como resultado, chegar a conclusões díspares sobre o mundo. Esse fator afeta, logicamente também, os campos semânticos de teorias diferentes. Tal ideia é encapsulada, por exemplo, no conceito de *incomensurabilidade*, famosamente defendido pelo filósofo da ciência Thomas Kuhn (1922 - 1996) em obras como *A Estrutura das Revoluções Científicas* (1991), *A incomensurabilidade na Ciência* (2024), e *O Caminho desde a Estrutura* (2006).

Diante da impossibilidade de se defender uma objetividade absoluta, contudo, ainda é possível argumentar a favor de um tipo menos ambicioso de objetividade. Esta seria de tipo *axiológico*, isto é, desprovida de juízos de valor. Na ausência da possibilidade de construção de conhecimentos puramente objetivos, ao menos, argumentam alguns pensadores, é possível construir conhecimentos sem o auxílio das preferências pessoais daquele que escreve (Weber, 1992).

Como já discutido, é parte da postura filosófica narrativista arguir que não há possibilidades de conhecimento históricos localizadas fora de algum tipo de representação/enredamento textual de segmentos do passado. Sendo estas duas operações fundamental e indissociavelmente conectadas com formas sociais particulares, sempre dotadas de historicidade própria, há, segundo o Narrativismo, uma inevitável parcialidade na forma como o conhecimento histórico é produzido.

É pertinente destacar que não necessariamente tal parcialidade está localizada no *indivíduo* que escreve. A parcialidade advogada pelo Narrativismo é,

acima de tudo, *intersubjetiva*, encontrada nas estruturas sociais que balizam a formação de intelectuais e, como consequência, de suas produções. Nenhum historiador pode ser completamente isolado de suas experiências, e estas apresentam-se com tendências por vezes bastante fortes em termos de temáticas tidas como aceitáveis, metodologias segundo as quais uma pesquisa pode ser desenvolvida, aportes teóricos apoiados pelo conjunto de intelectuais, dentre outros fatores fundamentais. Nesse cenário, não se pode falar nem mesmo numa investigação axiologicamente neutra, uma vez que toda obra disseminada faz-se, por excelência, alinhada com os valores intersubjetivamente presentes.

Ademais, como lembra Ankersmit (2011), o conceito de *subjetividade* pode ser interpretado como mais do que simplesmente a conformidade de um autor com certas tendências políticas ou com certos temas. Nesse sentido, o autor afirma:

cuando lo pensamos detenidamente, nos parece extraño, de hecho, que la subjetividad de los historiadores haya estado siempre ligada tan exclusivamente a sus valores políticos y morales. ¿Por qué esto es así?, podríamos preguntarnos. Podría argüirse que la subjetividad de los historiadores - su presencia en sus propios escritos - podría deberse a muchos otros factores. Un determinado historiador podría tener preferencia por un tema histórico específico, tener determinado estilo para escribir o argumentar, pertenecer a una escuela histórica específica o simplemente demostrar en sus escritos la estupidez característica de una evidente falta de capacidades intelectuales. (p. 16)<sup>9</sup>

Algum grau de subjetividade é, portanto, encarado como inevitável por parte dos filósofos narrativistas da História. Essa subjetividade, contudo, não é acompanhada de uma ausência completa de critérios para julgar méritos e deméritos das obras historiográficas produzidas pelos historiadores. As reflexões do Narrativismo sobre o tema levam tão somente à conclusão de que os critérios para a avaliação de obras historiográficas não podem ser completamente *epistemológicos*, uma vez que há uma série de elementos estéticos e políticos inseparáveis da forma

<sup>9</sup> “Quando pensamos nisso, parece estranho, de fato, que a subjetividade dos historiadores sempre tenha estado tão exclusivamente ligada a seus valores políticos e morais. Por que isso acontece?, podemos nos perguntar. Pode-se argumentar que a subjetividade dos historiadores – sua presença em sua própria escrita – pode ser devida a muitos outros fatores. Um determinado historiador pode ter preferência por um determinado assunto histórico, ter um certo estilo de escrita ou argumentação, pertencer a uma escola histórica específica ou simplesmente demonstrar em seus escritos a estupidez característica de uma óbvia falta de habilidades intelectuais.”. Tradução nossa.

e dos conteúdos presentes nos textos produzidos por historiadores. Como consequência disso, é impossível, segundo o Narrativismo, avaliar uma obra A como mais pertinente do que uma obra B tendo-se como base o quanto do passado pode ser conhecido por meio de cada uma. Porém, os mesmos valores políticos e éticos intersubjetivamente presentes podem ser utilizados como critério para uma avaliação.

Ankersmit (2012; 1994; 2001; 2010) coloca o problema da seguinte maneira: se, nas ciências chamadas de exatas, já existe um consenso bastante consolidado a respeito da forma representativa por meio da qual o mundo será debatido, este é exatamente o cerne da discussão no campo das Humanidades, especialmente da História. Segundo pensadores como Hayden White e Frank Ankersmit, o que realmente deve ser discutido está nas formas representativas, com sua riqueza encontrada na diversidade de enredamentos e “imagens do passado” possíveis. Aqui, há uma competição entre propostas interpretativas que faz com que a Historiografia avance, ao menos do ponto de vista dos recursos textuais utilizados para representar o passado, dos valores que devem ser defendidos ou combatidos para a interpretação do passado, das possibilidades estilísticas das quais podem lançar mão os historiadores, entre outros fatores afins.

Talvez, a noção ankersmitiana de *universo narrativo* (1983) seja a ilustração mais pertinente da questão da objetividade em História. Segundo essa noção, se há apenas uma narrativa publicada a respeito de um tópico histórico qualquer, esta se faz absoluta, devendo ser aceita como “verdadeira” dentro dos limites já abordados. Contudo, se há duas, três ou mais narrativas com pontos de vista diferentes sobre o mesmo tema, pode haver discussão a respeito de quais mecanismos representativos melhor se encaixam para a temática abordada pela comunidade de historiadores. Quanto mais narrativas existem sobre um determinado tópico, mais possibilidades de debates e discussões são abertas. Estas, por sua vez, aumentam o potencial analítico da História, mesmo que não se chegue a uma verdade objetiva a respeito do passado. A “objetividade” segundo o Narrativismo é, portanto, igualmente intersubjetiva. Encontra-se no *universo narrativo* povoado pelas inúmeras narrações particulares sobre tópicos tidos por interessantes para o debate historiográfico (Ankersmit, 1983). Os embates entre representações distintas

enriquecem enormemente o campo disciplinar da História, munindo-o de recursos cada vez mais numerosos e variados para se encarar o tempo.

Findas as discussões sobre a objetividade segundo o Narrativismo, um campo considerável de temas relativos a essa postura filosófica foi coberto. Um breve balanço sobre as vantagens e desvantagens de tal abordagem pode ser feito, com fins de encerrar a presente exposição.

### **Considerações finais: o Narrativismo enquanto filosofia da História**

Não é surpreendente, dados os tópicos debatidos, que se possa concluir ser o Narrativismo uma perda para aqueles que desejam encarar a História como forma investigativa plenamente científica. De fato, as objeções levantadas pelos filósofos narrativistas da História com relação às possibilidades de construção de um conhecimento objetivo no campo da História fazem-se contundentes, se não mesmo letais, às pretensões de uma cientificidade “pura” para o fazer historiográfico. Se o Narrativismo estiver correto, é necessário admitir que existem elementos literários e subjetividades diversas inexoravelmente atados à produção dos conteúdos da disciplina histórica.

Àqueles dispostos a sacrificar as pretensões plenamente científicas da História, contudo, o Narrativismo faz-se, no mínimo, interessante. Afinal, por seu intermédio, as formas representativas em si são dotadas de historicidade, tornando-se possíveis objetos de investigação. De fato, se cada representação textual do passado tem sua origem última nas formas sociais vigentes à época de sua produção, analisar o próprio ato de enredamento fornece fontes significativas para o estudo das sociedades passadas. Ao custo da objetividade, o Narrativismo oferece *escopo* aos estudos historiográficos.

Para os que encaram a função da História como sendo essencialmente totalizante, o Narrativismo representa uma considerável desvantagem. Afinal, o ato de enredamento, fortemente defendido por tal interpretação, é necessariamente parcial, limitando-se à harmonização de elementos bastante específicos do passado. Assim, a possibilidade de uma análise universalizante do passado é, na melhor das hipóteses, colocada em xeque.

Pagando-se o preço da parcialidade das análises, todavia, o Narrativismo contribui para a História na medida em que aproxima, de maneira interessante, a produção historiográfica da sociedade por ela responsável. Na diversidade de possibilidades estilísticas, temáticas e metodológicas, a História pode, de fato, encontrar nova riqueza.

Seja como for, o Narrativismo faz-se um estágio agora irreversível do pensar sobre a História enquanto campo disciplinar. Sua influência, vista como enriquecimento ou como empobrecimento, não pode ser contornada.

### Referências bibliográficas

ANKERSMIT, Frank. **Narrative Logic**: a semantic analysis of the historian's language. The Hague: Martinus Nijhoff Publishers, 1983.

ANKERSMIT, Frank. **History and Tropology**: the rise and fall of metaphor. Berkley: University of California Press, 1994.

ANKERSMIT, Frank. **Historical Representation**. Stanford: Stanford University Press, 2001.

ANKERSMIT, Frank. The Necessity of Historicism. **Journal of the Philosophy of History**, Vol. 4, n. 1, 2010, p. 226-240.

ANKERSMIT, Frank. Truth in History and Literature. **Narrative**. Vol. 18, n. 1. Janeiro, 2010, p. 29-50.

ANKERSMIT, Frank. **Giro Lingüístico, Teoría Literaria y Teoría Histórica**. Organização: Verónica Tozzi. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2011.

ANKERSMIT, Frank. **Meaning, Truth and Reference in Historical Representation**. Ithaca: Cornwell University Press, 2012a.

ANKERSMIT, Frank. **A Escrita da História**: a natureza da representação histórica. Trad. Jonathan Menezes et al. Londrina: Eduel, 2012b.

ANKERSMIT, Frank & TAMM, Marek. Leibnizian philosophy of history: a conversation. **Rethinking History**, 2016. DOI: 10.1080/13642529.2016.1134931.

BADE, Luiz Henrique Bechtluft. As Ideias Gerais do Narrativismo. **Episteme Transversalis**. Vol 15, n. 1, p. 256-279, 2024.

BARROS, José D'Assunção. Objetividade e subjetividade no conhecimento histórico: a oposição entre os paradigmas positivista e historicista. **Revista Tempo, Espaço e Linguagem**, v. 1, p. 73-102, 2010.

BARROS, José D'Assunção. **Teoria da História**: a Escola dos Annales e a Nova História. Petrópolis: Editora Vozes, 2012a.

BARROS, José D'Assunção. Historicismo: notas sobre um paradigma. **Antíteses**. V. 5, N. 9, pp. 391-419, 2012b.

BURKE, Peter. **A escola dos Annales (1929-1989)**: a Revolução Francesa da historiografia. São Paulo: UNESP, 1997.

DOSSE, François. **A História em migalhas**: Dos *Annales* à Nova História. Bauru: EDUSC, 2003.

FEYERABEND, Paul. **Contra o Método**. Trad. Cesar Augusto Mortari. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

HANSON, Norwood Russell. **Patterns of Discovery**: an inquiry into the conceptual foundations of science. Londres: Cambridge University Press, 1961.

KUHN, Thomas. **A Estrutura das Revoluções Científicas**. Trad. Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira. São Paulo: Editora Perspectiva, 1991.

KUHN, Thomas. **O Caminho desde a Estrutura**. Trad. Cesar Mortari. São Paulo: Editora Unesp, 2006.

KUHN, Thomas. **A Incomensurabilidade na Ciência**: os últimos escritos de Thomas S. Kuhn. Org. Bojana Mladenovic. Trad. Alexandre Alves. São Paulo: Editora Unesp, 2024.

KUUKKANEN, Jouni-Matti. **Postnarrativist Philosophy of Historiography**. Londres: Palgrave Macmillan, 2015.

LEIBNIZ, Gottfried Wilhelm. **A Monadologia e Outros Textos**. Trad. Fernando Luiz Barreto Gallas e Souza. São Paulo: Editora Hedra Ltda., 2009.

MINK, Louis. **Historical understanding**. Ithaca: London: Cornell University Press, 1987.

OAKESHOTT, Michael. **On history and other essays**. Indianapolis: Liberty Fund, 1999 [original de 1983].

PAUL, Herman. **Hayden White: The Historical Imagination**. Cambridge; Malden: Polity Press, 2011.

REIS, José Carlos. **Escola dos Annales: A inovação em História**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

REIS, José Carlos. Da história global à história em migalhas: o que se ganha, o que se perde? In: REIS, José Carlos. **História & Teoria: Historicismo, Modernidade, Temporalidade e Verdade**. 3ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, pp. 67-96.

RICON, Leandro Couto Carreira. Das Filosofias Positivistas da História à Educação Histórica Conservadora: Comte, Buckle e Durkheim. **Revista Virtual EN\_FIL - Encontros com a Filosofia**, v. 8, p. 79-92, 2020.

WEBER, Max. **Metodologia das Ciências Sociais**. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da UNICAMP, 1992.

WHITE, Hayden. **The Content of the Form**. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1987.

WHITE, Hayden. **Meta-História: A Imaginação Histórica do Século XIX**. 2ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995.

WHITE, Hayden. **The Fiction of Narrative: essays on History, Literature and Theory**. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2010.



WHITE, Hayden. O passado prático. **ArtCultura**. Uberlândia, v. 20, n. 37, p. 9-19, jul.-dez. 2018.

WHITE, Hayden. **Figural Realism**: studies in the mimesis effect. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2019.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Investigações Filosóficas**. Trad. de José Carlos Bruni. São Paulo: Nova Cultural, 1996.